

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHINHAS - PR

Termo de Referência 41/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
41/2026	987517-PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHINHAS - PR	AMARAILSON APARECIDO HONORIO JUNIOR	12/03/2026 09:07 (v 0.16)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		04/2026

1. Condições Gerais da Contratação

Fundamentação Legal: O certame será regido pela Lei nº 14.133/2021

Modalidade: Pregão Eletrônico.

Tipo: Ata de registro de preço.

Critério de Julgamento: Menor preço por Lote.

1.1. Registro de preços para contratação de empresa para o fornecimento de serviço de arbitragem nas modalidades, futsal, voleibol e futebol para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Turismo conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE 1: FUTSAL						
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Arbitragem de futsal composta por 2 árbitros e 1 anotador todos com registro atualizado e em vigor junto a Federação.	14222	US	160	R\$ 297,58	R\$ 47.612,80

2	Despesa com locomoção de árbitros (inclui todas as despesas necessárias) até a sede do município de Congonhinhas para os jogos	14222	UN	100	R\$ 270,83	R\$ 27.083,00
VALOR TOTAL DO LOTE 01						R\$ 74.695,80
LOTE 2: VOLEIBOL						
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
3	Arbitragem voleibol, composta minimamente por 2 (dois) árbitros e 1 (um) apontador /anotador, por jogo, todos com registro atualizado e em vigor junto a Federação de Voleibol, com curso de arbitragem pela própria federação a que se encontra vinculado, para competição com as seguintes características: naipes: voleibol masculino e feminino adulto; jogos em 3 períodos (manhã, tarde, noite); um único local de competição; sistema de disputa de 2 (dois) sets vencedores; máximo de 10 (dez) jogos por local/dia de competição; equipe composta por no mínimo 6 (seis) oficiais. feminino adulto; jogos em 3 períodos (manhã, tarde, noite); um único local de competição; sistema de disputa de 2 (dois) sets vencedores; máximo de 10 (dez) jogos por local/dia de competição; equipe composta por no mínimo 6 (seis) oficiais.	14222	US	100	R\$ 304,25	R\$ 30.425,00
4	Despesa com locomoção e alimentação de árbitros até a sede do município de Congonhinhas para os jogos.	14222	UN	50	R\$ 773,58	R\$ 38.679,00

VALOR TOTAL DO LOTE 02						R\$ 69.104,00
LOTE 3: FUTEBOL DE CAMPO						
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
5	Arbitragem de futebol de campo composta por 1 árbitros e 1 anotador e 2 assistentes	14222	US	95	R\$ 601,93	R\$ 57.183,35
6	Despesa com locomoção de árbitros (inclui todas as despesas necessárias) até a sede do município de Congonhinhas para os jogos	14222	UN	70	R\$ 270,83	R\$ 18.958,10
VALOR TOTAL DO LOTE 03						R\$ 76.141,45
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO DOS LOTES						R\$ 219.941,25

Valor total estimado pela contratação e de: R\$ 219.941,25 (duzentos e dezenove mil novecentos e quarenta e um reais e vinte e cinco centavos).

1.3. PRAZO DE VIGÊNCIA

1.3.1. A validade da ATA de Registro de Preço será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogado por igual período mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.3.2. Em casos de prorrogação da ATA, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

1.3.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do Contrato, na forma do artigo 105 e nos termos do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. Fundamentação e Descrição da Necessidade

2.1. A Fundamentação e Descrição da Necessidade da Contratação

2.1.1 Lei nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

2.1.2 Decreto Federal nº 10.024/2019 – Pregão Eletrônico;

2.1.3 Decreto Federal nº 11.246/2022 – Gestão e Fiscalização de Contratos;

2.1.4 Decreto Federal nº 11.462/2023 – Sistema de Registro de Preços;

2.1.5 Lei Complementar nº 123/2006 – Tratamento diferenciado às MEs e EPPs;

2.1.6 Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor (quando aplicável);

2.1.7 Decreto Municipal nº 2.985/2020 – Tratamento favorecido às micro e pequenas empresas no âmbito municipal.

2.2. A presente contratação fundamenta-se na necessidade administrativa, operacional de assegurar a realização regular, das atividades esportivas promovidas ou apoiadas pelo Município de Congonhinhas/PR, por meio da Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Turismo de maneira segura e tecnicamente adequada. O esporte constitui política pública essencial de promoção da cidadania, inclusão social, saúde, lazer e integração comunitária, sendo dever do Poder Público fomentar e organizar atividades esportivas que atendam a população em suas diversas faixas etárias

2.3. Para que tais atividades ocorram de forma organizada, e segura, é imprescindível a atuação de equipes de arbitragem qualificadas, devidamente credenciadas junto às federações esportivas competentes

2.4. A arbitragem esportiva é elemento técnico indispensável para garantir:

2.4.1 A correta aplicação das regras oficiais das modalidades;

2.4.2 A igualdade de condições entre os participar

2.4.3 A segurança física dos atletas, com prevenção de conflitos e situações de risco;

2.4.4 A disciplina e a ordem durante os eventos

2.5 A inexistência de arbitragem adequada compromete diretamente a realização dos eventos esportivos, podendo ocasionar:

2.5.1 Nulidade de partidas e competições;

2.5.2 Conflitos entre atletas, equipes e torcedores;

2.5.3 Riscos à integridade física dos participantes;

2.5.4 Descontinuidade das ações esportivas planejadas pelo Município.

2.6. Ressalta-se que a Administração Municipal não dispõe de servidores efetivos ou comissionados com formação técnica, credenciamento oficial e disponibilidade operacional para atuar como árbitros, anotadores ou assistentes nas modalidades de futsal, voleibol e futebol de campo. Ademais, mesmo que houvesse servidores com conhecimento técnico, a legislação esportiva exige registro e vínculo junto às federações competentes, o que inviabiliza a execução direta do serviço pela Administração.

2.7. A contratação de empresa especializada mostra-se, portanto, a solução mais eficiente, econômica e juridicamente segura, uma vez que transfere à contratada a responsabilidade pela disponibilização de profissionais habilitados, substituições imediatas, encargos operacionais, deslocamentos e demais custos inerentes à prestação do serviço

2.8. A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela natureza contínua e variável da demanda, uma vez que o quantitativo de jogos depende do calendário esportivo municipal, de fatores climáticos e de eventuais ajustes de programação, permitindo maior flexibilidade administrativa, racionalização de recursos públicos e atendimento sob demanda.

2.9. A contratação está alinhada ao planejamento anual da Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Turismo, aos instrumentos de planejamento orçamentário e às políticas públicas municipais de incentivo ao esporte, garantindo a continuidade das ações governamentais e o adequado atendimento ao interesse público.

2.10. Dessa forma, a presente contratação não decorre apenas de imposição legal, mas sobretudo de necessidade concreta, recorrente e essencial, devidamente justificada sob os aspectos técnico,

administrativo, social e operacional, atendendo aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento e interesse público.

3. Descrição da Solução como um todo

3.1. Descrição da Solução como um todo considerando o ciclo de vida do objeto.

3.2. A contratação dos serviços de arbitragem esportiva é indispensável para a realização de campeonatos, torneios, eventos atividades esportivas promovidas ou apoiadas pela Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Turismo, garantindo:

3.2.1 Regularidade e legalidade das competições;

3.2.2 Segurança dos atletas, dirigentes e público;

3.2.3 Cumprimento das regras oficiais das modalidades esportivas;

3.2.4 Imparcialidade, transparência e credibilidade dos eventos esportivos.

3.3. A demanda decorre da necessidade esportiva anual do Município, sendo inviável a execução direta Administração, diante da inexistência de servidores habilitados e registrados junto às federações competentes.

4. Requisitos da Contratação

4.1. Requisitos Técnicos.

4.1.1 Árbitros e anotadores devidamente registrados e com credenciamento vigente junto às federações correspondentes;

4.1.2 Comparecimento mínimo de 40 minutos antes do início das partidas;

4.1.3 Uso obrigatório de uniformes adequados;

4.1.4 Observância integral das regras oficiais das modalidades

4.2 Sustentabilidade

4.2.1. A contratação observará critérios de sustentabilidade, conforme o Guia Nacional de contratações sustentáveis, priorizando práticas que minimizem impactos ambientais e promovam habilidade social.

4.3. Subcontratação

4.3.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.4. Garantia Contratual

4.4.1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.4.2. Nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a exigência de garantia contratual é faculdade da Administração, devendo ser avaliada conforme a natureza, complexidade e riscos da contratação

4.4.3. No presente caso, a contratação refere-se à prestação de serviços de arbitragem esportiva, caracterizada como serviço comum, de baixa complexidade operacional, execução pontual e sem dedicação exclusiva de mão de obra, não envolvendo fornecimento de bens, obras, equipamentos de alto valor ou riscos relevantes à Administração Pública.

4.4.4. Ademais, os serviços serão executados de forma parcelada e sob demanda, mediante acompanhamento e fiscalização contínua por servidor designado, conforme disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, o que reduz significativamente os riscos de inadimplemento contratual.

4.4.5. Ressalta-se ainda que o pagamento somente ocorrerá após a efetiva prestação e atesto dos serviços, não havendo adiantamento de valores, o que assegura a proteção do erário e afasta a necessidade de exigência de garantia adicional.

4.4.6. Dessa forma, considerando o baixo risco contratual, a natureza do objeto, a facilidade de substituição da contratada em caso de descumprimento e o princípio da economicidade, entende-se que a exigência de garantia contratual não se mostra necessária nem proporcional, motivo pelo qual opta-se pela dispensa da garantia, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais e contratuais cabíveis.

5. Modelo de Execução do Objeto

5.1. Condições de Execução:

5.1.1. A execução do objeto dar-se-á de forma parcelada e sob demanda, conforme a necessidade da secretaria, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços e do contrato dela decorrente.

5.1.2. A prestação dos serviços será realizada mediante solicitação formal da Secretaria Municipal de Desporto e Turismo, por meio de ordem de serviço, cronograma de jogos ou comunicação eletrônica antecedência mínima necessária à organização da equipe de arbitragem

5.2. Início da Execução

5.2.1 A execução dos serviços terá início após a assinatura do contrato, respeitadas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

5.3. Local da Execução:

5.3.1 Os serviços serão prestados nos ginásios, quadras esportivas e demais locais indicados pela Secretaria Municipal, situados no Município de Congonhinhas/PR.

5.4. Formas de Prestação de Serviço:

5.4.1. Os serviços de arbitragem deverão observar as seguintes condições mínimas:

5.4.2 Disponibilização de árbitros e anotadores/apontadores devidamente habilitados, credenciados e com registro vigente nas respectivas federações esportivas;

5.4.3 Comparecimento da equipe de arbitragem ao local da partida com antecedência mínima de 40 (quarenta) minutos do horário previsto para o início do jogo;

5.4.4 Utilização de uniforme adequado e equipamentos necessários à execução dos serviços;

5.4.5 Cumprimento integral das regras oficiais das modalidades esportivas (futsal e voleibol);

5.4.6 Atuação com imparcialidade, ética, disciplina e zelo, garantindo a regularidade e a segurança das competições.

5.5 Cronograma e Quantidade:

5.5.1. O quantitativo de jogos e serviços será executado de acordo com o calendário esportivo municipal, podendo sofrer alterações em função de fatores climáticos, logísticos ou de interesse público, sem que gere direito à indenização à contratadas

5.6. Responsabilidades da Contratada:

5.6.1. O quantitativo de jogos e serviços será executado de acordo com o calendário esportivo municipal, podendo sofrer alterações em função de fatores climáticos, logísticos ou de interesse público, sem que gere direito à indenização à contratadas

5.6.2 Garantir a substituição imediata de árbitros ou anotadores impedidos de comparecer;

5.6.3 Arcar com todas as despesas de alimentação, encargos trabalhistas e demais custos necessários à execução dos serviços, exceto as despesas de locomoção quando previstas como item específico de pagamento na planilha de custos, observados os critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

5.6.4 Manter durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;

5.6.5 Atender prontamente às solicitações e orientações da fiscalização do contrato.

5.7 Despesas de Locomoção

5.7.1 O pagamento de despesa de locomoção somente será devido quando houver deslocamento superior a 30 km entre a sede da contratada e o local de realização da partida.

5.7.2 A despesa deverá ser previamente autorizada pela Administração, quando aplicável, e deverá ser comprovada mediante relatório de deslocamento e atesto do fiscal do contrato.

5.7.3 Nos casos em que houver mais de uma partida realizada no mesmo local e na mesma data, poderá ser considerada apenas uma despesa de locomoção para atendimento de todos os jogos realizados.

5.7.4 O pagamento ficará condicionado ao efetivo atesto da execução do serviço pelo fiscal do contrato.

6. Modelo de Gestão do Contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Fiscalização Contratual

6.5.1. *A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato.*

6.5.2. *A fiscal do contrato, Sra. Lucinei Vernier de Macedo, nomeada pela Portaria 116/2022, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.*

6.5.3. *Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.*

6.5.4 *A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.*

6.6. Gestor do Contrato

6.6.1. Cabe ao gestor do contrato, Senhora Daiane Santos Pirolo, Secretária Municipal de Cultura Desporto e Turismo.

6.6.2. *Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.*

6.6.3. *Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.*

6.6.4. *Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.*

6.6.5. *Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.*

6.6.6. *Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.*

6.6.7. *enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.*

6.6.8 Despesas de Locomoção

6.6.8.1 O pagamento de despesas de locomoção será devido apenas quando houver deslocamento da equipe de arbitragem até o município de Congonhinhas para a realização das partidas.

6.6.8.2 A despesa deverá estar prevista na planilha de custos da contratação e será paga conforme a quantidade de serviços efetivamente executados.

6.6.8.3 contratada deverá apresentar relatório de deslocamento indicando data, local da partida e equipe de arbitragem deslocada.

6.6.8. O pagamento da locomoção ficará condicionado ao atesto da execução do serviço pelo fiscal do contrato.

7. Infrações e Sanções Administrativas

7.1. *Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:*

7.1.1 *der causa à inexecução parcial do contrato;*

7.1.2 *der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;*

7.1.3 *der causa à inexecução total do contrato;*

7.1.4 *ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;*

7.1.5 *apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;*

7.1.6 *praticar ato fraudulento na execução do contrato;*

7.1.7 *comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;*

7.1.8 *praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.*

7.2. *Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:*

7.3. *Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;*

7.4. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave; 7.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.5.1. Multa

7.5.1.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias

7.5.1.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.5.1.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.5.1.2.2 Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.5.1.2.3 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.]

7.5.1.2.4 Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.5.1.2.5. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.5.1.2.6 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.5.1.2.7. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação. 7.5.1.2.8. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação. ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea.

7.5.1.2.8. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação. ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea.

7.6 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.7 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.8 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.9 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.10 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.11 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.11.1. *Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.*

7.11.2. *Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.*

7.12. *Na aplicação das sanções serão considerados:*

7.12.1 *a natureza e a gravidade da infração cometida;*

7.12.2 *as peculiaridades do caso concreto;*

7.12.3 *as circunstâncias agravantes ou atenuantes;*

7.12.4 *os danos que dela provierem para o Contratante; e*

7.12.4 *a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.*

7.13 *Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.*

7.14 *A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.*

7.15 *O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.*

7.15.1 *As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.*

7.16 *As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.*

7.17 *Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.*

8. Critérios de Medição e Pagamento

8.1. A medição dos serviços prestados será realizada com base na quantidade efetivamente executada, considerando cada jogo devidamente arbitrado, conforme os itens, unidades de medida e valores constantes na Ata de Registro de Preços e/ou no contrato dela decorrente

8.1.1 A medição observará, cumulativamente, os seguintes critérios:

8.1.2 *execução integral do serviço, com a disponibilização de toda a equipe de arbitragem prevista para cada modalidade esportiva (árbitros, assistentes e anotadores/apontadores);*

8.1.3 comparecimento da equipe de arbitragem ao local da partida com antecedência mínima de 40 (quarenta) minutos do horário previsto para o início do jogo;

8.2 atuação em conformidade com as regras oficiais das modalidades esportivas, observando ética, imparcialidade, disciplina e zelo profissional

8.3 utilização de uniformes adequados e dos equipamentos necessários a correta execução do serviço

8.3.1 atendimento à ordem de serviço, cronograma de jogos ou solicitação formal emitida pela Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Turismo;

8.3.2 execução do serviço sem falhas graves, tais como ausência injustificada de profissionais, abandono de partida, conduta inadequada ou descumprimento das regras.

8.3.3 A medição será formalizada por meio de relatório de execução, súmulas, boletins de arbitragem, listas de jogos realizados ou documento equivalente, devidamente atestados pelo fiscal do contrato.

8.4 PAGAMENTO DE DESPESAS DE DESLOCAMENTO

8.4.1 As despesas de deslocamento, quando previstas como item específico da contratação, serão pagas conforme as unidades efetivamente executadas, desde que:

8.4.2 Previamente autorizadas pela Administração;

8.4.3 Vinculadas a jogos efetivamente realizados;

8.4.4 Devidamente comprovadas por meio de relatório de execução e atesto do fiscal do contrato.

8.4.5 Não será admitido pagamento de despesas não previstas na Ata de Registro de Preços ou no contrato.

8.4.6 GLOSAS E AJUSTES NA MEDIÇÃO - A Administração poderá glosar total ou parcialmente os valores relativos aos serviços que:

8.4.7 não forem executados;

8.4.8 forem executados em desacordo com as especificações contratuais;

8.4.9 apresentarem falhas, atrasos injustificados ou descumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência

8.4.10 As glosas deverão ser devidamente justificadas pelo fiscal do contrato e comunicadas a contratada, assegurado o contraditório e a ampla defesa

8.4.11 Cancelamento de Jogos - Nos casos de cancelamento de jogos por motivo de força maior, caso fortuito ou interesse público, somente serão passíveis de pagamento os serviços efetivamente prestados, não sendo devido qualquer valor por serviços não executados

8.5 RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

8.5.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 02 (dois) dias, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo pelo fiscal do contrato no prazo de até 2 (dois) dia útil após a execução dos serviços, mediante verificação preliminar do cumprimento das condições contratuais.

8.5.2 O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

8.5.3 O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

8.5.4 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.5.5 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.6 LIQUIDAÇÃO

8.6.1 Recebida a Nota Fiscal, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.6.2 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

8.6.3 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.6.4 o prazo de validade;

8.6.5 a data da emissão;

8.6.6 os dados do contrato e do órgão contratante;

8.6.7 o período respectivo de execução do contrato;

8.6.8 o valor a pagar; e

8.6.9 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.6.10 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

8.6.11 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021

8.6.11 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.5.6.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.5.6.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.5.6.3 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.5.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante

8.5.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.5.9 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.5.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.6 PRAZO DE PAGAMENTO

8.6.1 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.6.2 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.6.3 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.6.4 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.6.5 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável..

8.6.6 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.11 REAJUSTE.

8.11.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da assinatura da ata.

8.11.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

8.11.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.11.4 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.11.5 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.11.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.11.7 O reajuste será realizado por aditivo.

9. Formas e Critérios de Seleção Fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta.

9.1 Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta ÂMBITO REGIONAL . Visando uma maior agilidade na contratação para fornecimento da demanda, prezando também pela melhor fiscalização e tendo em vista o valor total para os presentes itens, somente será admitida a participação de empresas do Âmbito Regional, nos termos previstos no Art. 1º, parágrafo 4º, inciso II e parágrafo 5º do Decreto Municipal nº 2.985/2020.

9.1.1. Ou seja, o referido procedimento realiza-se em Âmbito Regional, com fundamentação pontuadas para corroborar a necessidade e a contratação em questão

9.2 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por LOTE.

EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

9.3 ***Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:***

Habilitação jurídica

9.4 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.10 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

9.11 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.12 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.13 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.14 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da **Consolidação das Leis do Trabalho**, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.15 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.16 Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.17 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.18 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.19 certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.20 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.21 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.22 Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez) do valor total estimado da contratação

9.23 Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.24 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.25 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.26 O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL

9.29 Apresentação dos profissionais, abaixo indicados, devidamente registrados no conselho/Federação, profissional competente:

9.30 Para fins de comprovação da qualificação TÉCNICO-PROFISSIONAL, as licitantes deverão apresentar:

9.30.1 Equipes de arbitragem qualificadas, devidamente credenciadas junto às federações esportivas competentes.

9.30.2 Carteira de registros dos profissionais junto às federações esportivas competentes.

9.30.3 Documentações de qualificação Profissional dos árbitros de vôlei, pela federação Paranaense de Voleibol;

9.30.4 Documentações de qualificação Profissional dos árbitros, carteiras de árbitro para os da FPFSS (federação Paranaense de futebol de salão), atualizadas com o ano de 2026 pela federação competente;

9.30.5 Documentações de qualificação Profissional dos árbitros de Futebol de campo com certificado de curso de arbitragem de futebol de campo, certificado emitido pela Federação paranaense de futebol de campo ou entidade vinculada a federação citada.

9.30.6 *Os profissionais acima indicados deverão participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)*

DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE HABILITAÇÃO

9.31 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.32 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.33 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. Estimativas do Valor da Contratação

10.1 O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 219.941,25 (duzentos e dezenove mil novecentos e quarenta e um reais e vinte e cinco centavos).

11. Adequação Orçamentária

11.1 As despesas correrão por conta da seguinte dotação:

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Turismo

Unidade: 003 – Divisão de Desporto Amador

Projeto/Atividade: 2.035 – Manutenção do Setor de Desporto Amador

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

12. Caracterização do Serviço como Comum

12.1 Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviços comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar no item 10.

13. Justificativa de Âmbito Regional

13.1 A opção pela realização do procedimento de contratação em âmbito regional, com admissão exclusiva de empresas sediadas ou com atuação comprovada na região, fundamenta-se em critérios técnicos, operacionais, econômicos e administrativos, plenamente compatíveis com a legislação vigente e com o interesse público.

13.2 O objeto da contratação — prestação de serviços de arbitragem esportiva — demanda atendimento célere, disponibilidade imediata, rapidez no deslocamento e capacidade de resposta ágil para substituições, ajustes operacionais ou ocorrências imprevistas, características diretamente favorecidas pela proximidade geográfica da contratada em relação ao local de execução dos serviços.

13.3 A limitação ao âmbito regional contribui significativamente para a efetividade da fiscalização contratual, permitindo maior presença da Administração no acompanhamento da execução, facilitando vistorias in loco, reduzindo o tempo de comunicação entre as partes e assegurando melhor controle da qualidade dos serviços prestados.

13.4 Sob o aspecto econômico, a contratação de fornecedores regionais reduz custos indiretos relacionados a deslocamento, logística, hospedagem e mobilização de equipes, refletindo positivamente na vantajosidade da contratação, sem comprometer a competitividade, considerando a existência de número suficiente de prestadores regionais aptos a executar o objeto com qualidade técnica adequada.

13.5 Ressalta-se que a adoção do âmbito regional não configura restrição indevida à competitividade, mas sim medida proporcional, razoável e devidamente motivada, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade, interesse público e planejamento, previstos na Lei nº 14.133/2021, bem como com o art. 1º, § 4º, inciso II, e § 5º, do Decreto Municipal nº 2.985/2020.

13.6 Ademais, a contratação regional fortalece a economia local, fomenta o desenvolvimento regional e contribui para a geração de renda e empregos, alinhando-se às políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento sustentável, sem prejuízo da observância aos requisitos técnicos e de qualificação exigidos no certame.

13.7 Dessa forma, resta devidamente justificada a adoção do âmbito regional como critério da contratação, por atender de maneira mais eficiente, econômica e segura às necessidades da Administração Pública, garantindo a adequada execução do objeto e a proteção do interesse público.

14. Disposições Finais

14.1 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas [exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas].

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DAIANS SANTOS PIROLO

Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Turismo

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHINHAS - PR

Estudo Técnico Preliminar 33/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 4/2026

2. OBJETO

2.1 Ata de Registro de Preço para contratação de prestação de serviço de **arbitragem para Futsal, Voleibol e Futebol de Campo**, visando atender as necessidades da presente secretária da Cultura, Deporto e Turismo

2.2 O objeto enquadra-se como bem comum, conforme art. 6º, inciso XXII da Lei nº 14.133/2021, podendo ser especificado com padrões usuais demercado

2.3 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura da Ata de Registro de Preços, nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantagem para a Administração e observadas as disposições.

3. Descrição da necessidade

3.1 A Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Turismo do Município de Congonhinhas/PR promove, ao longo do exercício, campeonatos, torneios, copas e demais eventos esportivos nas modalidades de futsal, voleibol e futebol de campo, destinados à população em geral, atletas amadores e equipes locais e regionais, conforme a demanda da secretaria.

3.2 Para a realização regular, organizada e segura dessas competições, faz-se necessária a disponibilização de serviços de arbitragem esportiva, compreendendo árbitros, assistentes e anotadores devidamente capacitados, com conhecimento das regras oficiais das modalidades e registro ou credenciamento junto às respectivas federações ou entidades competentes.

3.3 A arbitragem constitui elemento indispensável à regularidade, legalidade e legitimidade das competições, assegurando o cumprimento das normas técnicas, a imparcialidade das decisões, a isonomia entre as equipes participantes e a integridade física de atletas, dirigentes e público presente.

3.4 A Administração Pública Municipal não dispõe, em seu quadro de servidores efetivos ou comissionados, de profissionais com formação técnica específica, credenciamento oficial e disponibilidade para atuação como árbitros nas modalidades mencionadas, o que inviabiliza a execução direta do serviço, tornando necessária a contratação de empresa especializada.

3.5 A demanda apresenta caráter contínuo ao longo do exercício, em razão da realização periódica de eventos esportivos, porém com execução parcelada e sob demanda, conforme a necessidade da Secretaria. Nesse contexto, revela-se mais vantajosa a adoção do Sistema de Registro de Preços, por proporcionar maior flexibilidade, eficiência administrativa e economicidade na gestão dos recursos públicos.

3.6 A contratação pretendida encontra-se alinhada aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, isonomia e interesse público, além de contribuir diretamente para o fomento ao esporte, à inclusão social, ao incentivo à prática esportiva e à promoção da qualidade de vida da população.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria De Cultura Desporto e Turismo	Daians Santos Pirolo

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1 Disposições Gerais

5.1.1 A presente contratação visa atender demanda institucional da Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Turismo, consistente na execução dos serviços de arbitragem esportiva necessários à realização das competições promovidas pelo Secretaria..

5.1.2 Para assegurar o adequado atendimento da necessidade pública identificada e garantir a correta, regular e eficiente execução do objeto, a contratação deverá observar requisitos mínimos de natureza técnica, operacional, administrativa e legal, considerados indispensáveis, suficientes e proporcionais à complexidade e relevância dos serviços a serem prestados.

5.1.3 Tais requisitos fundamentam-se na necessidade de:

5.1.3.1 Assegurar a continuidade das atividades esportivas municipais;

5.1.3.2 Garantir lisura, imparcialidade e conformidade técnica das competições;

5.1.3.3 Evitar prejuízos ao interesse público decorrentes da ausência de equipe de arbitragem qualificada;

5.1.3.4 Resguardar a Administração quanto à adequada execução contratual, observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público.

5.1.4 Os critérios estabelecidos neste item destinam-se a assegurar que a futura contratada possua capacidade técnica e operacional compatível com o objeto, bem como estrutura adequada para execução dos serviços de forma segura, regular e em conformidade com a legislação vigente.

5.2 Necessidade do Negócio

5.2.1 Assegurar a execução regular e eficiente das competições esportivas municipais.

5.2.2 Garantir a realização de campeonatos, torneios e competições nas modalidades de futsal, voleibol e futebol de campo.

5.2.3 Assegurar credibilidade, transparência, lisura e isonomia nas competições esportivas.

5.2.4 Evitar paralisação, adiamento ou cancelamento de eventos esportivos por ausência de profissionais habilitados.

5.2.5 Promover o desporto amador como política pública de inclusão social, incentivo à prática esportiva e melhoria da qualidade de vida.

5.2.6 Atender às exigências legais e regulamentares das modalidades esportivas.

5.2.7 Assegurar suporte técnico adequado à organização das competições.

5.3 Requisitos Técnicos

5.3.1 Disponibilização de árbitros, assistentes e anotadores/apontadores devidamente capacitados.

5.3.2 Profissionais com experiência compatível com a natureza e complexidade dos eventos.

5.3.3 Registro e credenciamento vigentes nas respectivas federações ou entidades representativas.

5.3.4 Atuação imparcial, ética e disciplinada.

5.3.5 Comparecimento ao local das partidas com antecedência mínima estabelecida.

5.3.6 Capacidade para elaboração de súmulas e relatórios oficiais.

5.3.7 Disponibilidade para execução sob demanda.

5.4 Requisitos Operacionais

- 5.4.1 Execução parcelada e sob demanda.
- 5.4.2 Capacidade para atender eventos simultâneos.
- 5.4.3 Substituição imediata de profissionais em caso de impedimento.
- 5.4.4 Responsabilidade integral pelas despesas decorrentes da execução.

5.5 Requisitos Administrativos

- 5.5.1 Manutenção das condições de habilitação durante toda a vigência contratual.
- 5.5.2 Atendimento às orientações da Administração e da fiscalização.
- 5.5.3 Comprovação da execução para fins de atesto e pagamento.
- 5.5.4 Regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária.

5.6 Requisitos de Sustentabilidade e Responsabilidade Social

- 5.6.1 Observância de práticas que promovam a redução de impactos ambientais.
- 5.6.2 Orientação quanto à preservação dos espaços públicos.
- 5.6.3 Atuação pautada em respeito, inclusão e combate à discriminação.

5.7 Requisitos de Conformidade Legal

- 5.7.1 Cumprimento integral da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações pertinentes.
- 5.7.2 Observância das normas e regulamentos oficiais das modalidades esportivas.
- 5.7.3 Vedação à subcontratação, salvo previsão expressa no edital.
- 5.7.4 Execução conforme condições, prazos e critérios definidos no Termo de Referência e contrato.

5.8 Estimativa da Demanda

- 5.8.1 Com base no histórico de eventos e no planejamento anual da Secretaria, estima-se a seguinte demanda:
 - 5.8.1.1 Futsal: aproximadamente 200 jogos;
 - 5.8.1.2 Voleibol: aproximadamente 100 jogos;
 - 5.8.1.3 Futebol de campo: aproximadamente 200 jogos;
 - 5.8.1.4 Despesas de locomoção e alimentação, quando necessárias.
- 5.8.2 Os quantitativos possuem caráter estimativo, podendo variar conforme a demanda da secretaria, não gerando direito à execução integral das quantidades previstas.

6. Dispensa de Garantia Contratual

- 6.1 Nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a exigência de garantia contratual é faculdade da Administração, devendo ser avaliada conforme a natureza, complexidade e riscos da contratação.

6.2 No presente caso, a contratação refere-se à prestação de serviços de arbitragem esportiva, caracterizada como serviço comum, de baixa complexidade operacional, execução pontual e sem dedicação exclusiva de mão de obra, não envolvendo fornecimento de bens, obras, equipamentos de alto valor ou riscos relevantes à Administração Pública.

6.3 Ademais, os serviços serão executados de forma parcelada e sob demanda, mediante acompanhamento e fiscalização contínua por servidor designado, conforme disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, o que reduz significativamente os riscos de inadimplemento contratual.

6.4 Ressalta-se ainda que o pagamento somente ocorrerá após a efetiva prestação e atesto dos serviços, não havendo adiantamento de valores, o que assegura a proteção do erário e afasta a necessidade de exigência de garantia adicional.

6.5 Dessa forma, considerando o baixo risco contratual, a natureza do objeto, a facilidade de substituição da contratada em caso de descumprimento e o princípio da economicidade, entende-se que a exigência de garantia contratual não se mostra necessária nem proporcional, motivo pelo qual opta-se pela dispensa da garantia, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais e contratuais cabíveis.

7. Levantamento de Mercado

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO

7.1 Foi realizado levantamento de mercado com foco exclusivo em **empresas prestadoras de serviços de arbitragem esportiva**, regularmente constituídas como pessoa jurídica, com atuação comprovada na organização e execução de competições esportivas nas modalidades de futsal, voleibol e futebol de campo.

O levantamento considerou:

7.1.1 Empresas especializadas na prestação de serviços de arbitragem esportiva com estrutura administrativa formalizada;

7.1.2 Empresas com atuação comprovada em competições municipais e regionais;

7.1.3 Empresas com equipe técnica composta por árbitros, assistentes e anotadores devidamente qualificados e, quando exigido, registrados em federações ou entidades representativas das respectivas modalidades.

7.2 Análise das Empresas Prestadoras de Serviço

Verificou-se que o mercado regional dispõe de número suficiente de empresas aptas à execução do objeto, apresentando padrões técnicos e operacionais compatíveis com a complexidade da contratação.

7.2.1 Vantagens do modelo empresarial:

Estrutura organizacional consolidada;

Capacidade de atendimento simultâneo a múltiplos eventos;

Responsabilidade contratual centralizada na pessoa jurídica;

Maior segurança administrativa e documental;

Possibilidade de substituição imediata de profissionais em caso de ausência ou impedimento;

Padronização técnica e disciplinar das equipes de arbitragem.

7.2.2 Possíveis limitações identificadas:

Variação de preços conforme estrutura administrativa da empresa;

Necessidade de verificação prévia da capacidade operacional real para cumprimento dos eventos esportivos.

7.3 Conclusão do Levantamento

7.3.1 O levantamento demonstrou viabilidade técnica e econômica da contratação de **empresa prestadora de serviços de arbitragem esportiva**, evidenciando que há oferta suficiente no mercado regional para assegurar competitividade ao certame.

7.3.2 A contratação de empresa especializada mostra-se a alternativa mais adequada, pois garante maior segurança jurídica, regularidade na execução, capacidade de resposta imediata a imprevistos e melhor gestão contratual, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público.

7.3.4 Dessa forma, resta comprovada a existência de mercado fornecedor apto a atender plenamente às necessidades da Administração.

8. Descrição da solução como um todo

8.1 A execução dos serviços de arbitragem esportiva dar-se-á de forma indireta, por meio de empresa especializada, sob o regime de empreitada por preço unitário, considerando que a remuneração ocorrerá conforme a efetiva realização dos jogos e eventos.

8.2 Os serviços serão prestados de forma parcelada e sob demanda, e solicitações formais da Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Turismo.

8.3 A contratada deverá disponibilizar equipe de arbitragem completa para cada partida ou evento, conforme exigência da modalidade esportiva, observando as regras oficiais vigentes.

8.4 A convocação para execução dos serviços ocorrerá com antecedência mínima definida pela Administração, mediante comunicação formal contendo data, horário, local e modalidade da competição.

8.5 Os profissionais deverão comparecer ao local da partida com antecedência mínima estabelecida pela Administração, devidamente uniformizados e portando os equipamentos necessários ao desempenho de suas funções.

8.6 A contratada será responsável pela elaboração e entrega de súmulas, relatórios e demais documentos exigidos pela organização da competição.

8.7 Em caso de ausência, impedimento ou impossibilidade de comparecimento de qualquer profissional escalado, a contratada deverá providenciar substituição imediata, sem prejuízo à realização do evento.

8.8 Todas as despesas relacionadas à execução dos serviços, inclusive deslocamento, alimentação, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais custos operacionais, correrão por conta exclusiva da contratada.

8.9 O pagamento será realizado somente após a efetiva prestação dos serviços e mediante atesto da fiscalização do contrato, conforme critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

8.10 A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

9.1 A estimativa das quantidades a serem contratadas foi elaborada com base no histórico de eventos esportivos realizados pelo Município, considerando a natureza contínua das atividades esportivas ao longo do exercício.

9.2 De forma estimativa, projeta-se a necessidade de contratação dos seguintes quantitativos:

9.2.1 Arbitragem de Futsal: até 200 (duzentos) jogos, com equipe composta por, no mínimo, 2 (dois) árbitros e 1 (um) anotador por partida;

9.2.2 Arbitragem de Voleibol: até 100 (cem) jogos, com equipe mínima exigida conforme as regras oficiais da modalidade, incluindo árbitros e apontador /anotador;

9.2.3 Arbitragem de Futebol de Campo: até 200 (duzentos) jogos, com equipe composta por 1 (um) árbitro principal, 2 (dois) assistentes e 1 (um) anotador por partida;

9.2.4 Despesas de deslocamento e logística: quantitativos estimados conforme a necessidade de realização dos jogos, considerando as modalidades e os locais de execução, vinculados à efetiva prestação dos serviços de arbitragem.

9.3 Os quantitativos indicados possuem caráter meramente estimativo, não configurando obrigação de contratação integral por parte da Administração, podendo ser ajustados para mais ou para menos em função de fatores como alterações segundo necessidade da secretaria, condições climáticas, disponibilidade de espaços esportivos ou interesse público, sem que disso decorra direito à indenização, compensação ou reajuste automático para a contratada.

9.4 A estimativa apresentada visa assegurar adequada previsão orçamentária, planejamento da contratação e eficiência na gestão dos recursos públicos, estando alinhada aos princípios da economicidade, planejamento, eficiência e interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

economicidade e do interesse público.

10. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 219.941,25

10.1 A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada junto a fornecedores especializados na prestação de serviços de arbitragem esportiva, considerando contratações similares, valores praticados no mercado regional e os quantitativos estimados para cada modalidade esportiva.

10.2 Foram considerados, para fins de estimativa, os custos unitários referentes aos serviços de arbitragem de futsal, voleibol e futebol de campo, bem como as despesas associadas à logística, deslocamento e demais encargos necessários à execução do objeto, conforme padrões usuais de mercado.

10.3 Com base nos levantamentos realizados e nos quantitativos previstos, o valor total estimado da contratação é de R\$ 219.941,25 (Duzentos e dezenove mil, novecentos e quarenta e um reais e vinte e cinco centavos), para o período de vigência de 12 (doze) meses.

10.4 Ressalta-se que o valor estimado possui caráter **referencial**, destinando-se exclusivamente ao planejamento da contratação e à adequada previsão orçamentária, não constituindo obrigação de contratação integral por parte da Administração, especialmente considerando a execução parcelada e sob demanda, por meio de Sistema de Registro de Preços.

10.5 A estimativa apresentada atende aos princípios da razoabilidade, economicidade e eficiência, estando compatível com os preços praticados no mercado e com a capacidade orçamentária do Município.

11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

11.1 A contratação dos serviços de arbitragem esportiva deverá ser realizada de forma **parcelada**, sob demanda, considerando a natureza do objeto, que se caracteriza pela prestação de serviços conforme a realização de eventos esportivos ao longo do exercício.

11.2 O parcelamento da contratação justifica-se em razão da imprevisibilidade exata do número de jogos a serem realizados, uma vez que pode sofrer alterações decorrentes de fatores climáticos, logísticos, organizacionais ou de interesse público. Dessa forma, a execução parcelada permite à Administração contratar apenas os quantitativos efetivamente necessários, evitando contratações excessivas ou desperdício de recursos públicos.

11.3 Além disso, o parcelamento possibilita maior flexibilidade na gestão do contrato, melhor controle da execução dos serviços, adequada fiscalização e alinhamento com a disponibilidade orçamentária, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

11.4 Ressalta-se, ainda, que o parcelamento não compromete a padronização, a qualidade ou a competitividade da contratação, uma vez que os serviços possuem características homogêneas e podem ser executados de forma fracionada, sem prejuízo à continuidade das atividades esportivas.

11.5 Dessa forma, conclui-se que o parcelamento da solução é a alternativa mais adequada para atender ao interesse público, garantindo eficiência administrativa, flexibilidade operacional e melhor aplicação dos recursos públicos

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

12.1 Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes que condicionem ou influenciem diretamente a execução do objeto desta contratação.

12.2 Os serviços de arbitragem esportiva possuem natureza autônoma, sendo executados de forma independente em relação a outras contratações realizadas pela Administração Pública, tais como aquisição de materiais esportivos, locação de espaços, serviços de sonorização, segurança ou apoio logístico para eventos esportivos.

12.3 Ressalta-se que, embora possam existir outras contratações relacionadas à organização de eventos esportivos, estas não configuram interdependência contratual, uma vez que a execução dos serviços de arbitragem não depende diretamente da formalização ou execução simultânea de outros contratos, podendo ocorrer de forma independente e conforme a necessidade da Administração.

12.4 Dessa forma, conclui-se que a contratação pretendida não gera vínculos de dependência técnica, operacional ou financeira com outras contratações, atendendo de forma isolada e adequada à necessidade identificada.

13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

13.1 A contratação dos serviços de arbitragem esportiva está devidamente alinhada ao planejamento estratégico e operacional do Município, em especial ao planejamento anual da Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Turismo, que contempla a promoção, o apoio e a execução de campeonatos, torneios e demais eventos esportivos ao longo do exercício.

13.2 A demanda decorre diretamente a demanda da secretaria, previamente planejado, e está em consonância com as políticas públicas de incentivo ao esporte, lazer e inclusão social, bem como com as diretrizes estabelecidas no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA), que preveem recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento das atividades esportivas.

13.3 A contratação também observa o planejamento das contratações públicas, ao buscar solução eficiente, econômica e compatível com a capacidade administrativa do Município, considerando a inexistência de servidores habilitados para a execução direta do serviço e a necessidade de garantir a regularidade, a legalidade e a credibilidade das competições esportivas.

13.4 Dessa forma, a solução proposta encontra-se plenamente integrada ao planejamento institucional e orçamentário da Administração, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos do Município e para a adequada prestação dos serviços públicos à população.

14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

14. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

14.1 A contratação dos serviços de arbitragem esportiva proporcionará diversos benefícios à Administração Pública Municipal e à sociedade, destacando-se:

14.1.1 Garantia da regularidade e legalidade das competições esportivas, assegurando o cumprimento das regras oficiais das modalidades;

14.1.2 Promoção da imparcialidade, transparência e credibilidade nos resultados dos jogos e eventos esportivos realizados pelo Município;

14.1.3 Maior segurança para atletas, dirigentes, equipes técnicas e público, reduzindo riscos de conflitos, acidentes e irregularidades durante as partidas;

14.1.4 Continuidade dos campeonatos esportivos municipal, evitando cancelamentos, adiamentos ou interrupções decorrentes da ausência de arbitragem qualificada;

14.1.5 Valorização e fortalecimento do esporte amador, incentivando a participação da comunidade em atividades esportivas, recreativas e de lazer;

14.1.6 Eficiência administrativa, ao viabilizar a execução indireta de serviço especializado, evitando a necessidade de estruturação interna de equipe técnica permanente e reduzindo encargos administrativos;

14.1.7 Melhor planejamento e controle da execução contratual, por meio de contratação sob demanda, permitindo gestão mais racional e eficiente dos recursos públicos;

14.1.8 Atendimento às políticas públicas municipais voltadas ao esporte, inclusão social, promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida da população.

14.2 Dessa forma, a contratação contribui diretamente para o fortalecimento das ações esportivas do Município, atendendo ao interesse público e observando os princípios da legalidade, economicidade, eficiência e boa gestão administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

15. Providências a serem Adotadas

15. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

15.1 Para a adequada implementação da contratação dos serviços de arbitragem esportiva, a Administração deverá adotar as seguintes providências:

15.1.1 Antes da Contratação

15.1.1.1 Formalização da demanda pela Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Turismo, com justificativa da necessidade;

15.1.1.2 Elaboração e aprovação do Estudo Técnico Preliminar, quando exigido;

15.1.1.3 Elaboração do Termo de Referência, contendo definição clara do objeto, quantitativos estimados, requisitos técnicos, modelo de execução e critérios de medição e pagamento;

15.1.1.4 Realização de pesquisa de preços, nos termos da legislação vigente, para estimativa do valor da contratação;

15.1.1.5 Verificação da disponibilidade orçamentária e indicação da respectiva dotação;

15.1.1.6 Definição da modalidade licitatória e do critério de julgamento, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021;

15.1.1.7 Publicação do edital e condução regular do procedimento licitatório.

15.1.2 Durante a Contratação

15.1.2.1 Celebração do contrato administrativo ou formalização da Ata de Registro de Preços, conforme o caso;

15.1.2.2 Designação formal de gestor e fiscal do contrato, nos termos da legislação vigente;

15.1.2.3 Emissão de ordens de serviço, autorizações de fornecimento dos jogos, conforme a necessidade da Administração;

15.1.2.4 Acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços, com registro das ocorrências relevantes;

15.1.2.5 Comunicação tempestiva com a contratada para ajustes operacionais, quando necessário.

15.1.3 Após a Execução dos Serviços

15.1.3.1 Recebimento provisório e definitivo dos serviços prestados, conforme previsto no instrumento contratual;

15.1.3.2 Liquidação e pagamento das despesas, após o devido atesto da execução;

15.1.3.3 Avaliação periódica da qualidade dos serviços executados;

15.1.3.4 Registro de eventuais ocorrências para fins de controle interno, responsabilização, aplicação de penalidades, se cabíveis, e aprimoramento contínuo da gestão contratual.

16. Possíveis Impactos Ambientais

16.1 A contratação dos serviços de arbitragem esportiva apresenta baixo impacto ambiental, considerando tratar-se de atividade predominantemente intelectual e operacional, sem utilização significativa de recursos naturais, insumos industriais ou geração de resíduos perigosos.

16.2 Ainda assim, podem ser identificados os seguintes impactos ambientais potenciais:

16.2.1 Emissão de gases poluentes decorrentes do deslocamento dos profissionais de arbitragem até os locais de realização dos jogos, em razão do uso de veículos automotores;

16.2.2 Consumo indireto de recursos naturais, tais como energia elétrica e água, relacionados à utilização das instalações esportivas durante os eventos;

16.2.3 Geração pontual de resíduos sólidos comuns, como papéis, embalagens e materiais descartáveis, associados à presença das equipes de arbitragem nos locais de realização das competições.

16.3 Os impactos identificados são considerados pontuais, temporários e de baixa significância ambiental, não representando risco relevante ao meio ambiente.

16.4 Como medidas mitigadoras e de boas práticas ambientais, recomenda-se:

16.4.1 Planejamento eficiente das escalas e deslocamentos, buscando reduzir trajetos desnecessários e otimizar rotas;

16.4.2 Priorizar o uso de meios eletrônicos para comunicação, envio de documentos e registros administrativos, reduzindo o consumo de papel;

16.4.3 Incentivar práticas de consumo consciente e descarte adequado de resíduos nos locais de realização dos eventos;

16.4.4 Observância das diretrizes de sustentabilidade aplicáveis às contratações públicas e demais normativas ambientais vigentes.

16.5 Conclui-se, portanto, que os impactos ambientais associados à contratação são mínimos e plenamente mitigáveis, não constituindo óbice à viabilidade da contratação pretendida.

17. Justificativa de Adoção Âmbito Regional

17.1 A opção pela realização do procedimento de contratação em âmbito regional, com admissão exclusiva de empresas sediadas ou com atuação comprovada na região, fundamenta-se em critérios técnicos, operacionais, econômicos e administrativos, plenamente compatíveis com a legislação vigente e com o interesse público.

17.2 O objeto da contratação — prestação de serviços de arbitragem esportiva — demanda atendimento célere, disponibilidade imediata, rapidez no deslocamento e capacidade de resposta ágil para substituições, ajustes operacionais ou ocorrências imprevistas, características diretamente favorecidas pela proximidade geográfica da contratada em relação ao local de execução dos serviços.

17.3 A limitação ao âmbito regional contribui significativamente para a efetividade da fiscalização contratual, permitindo maior presença da Administração no acompanhamento da execução, facilitando vistorias in loco, reduzindo o tempo de comunicação entre as partes e assegurando melhor controle da qualidade dos serviços prestados.

17.4 Sob o aspecto econômico, a contratação de fornecedores regionais reduz custos indiretos relacionados a deslocamento, logística, hospedagem e mobilização de equipes, refletindo positivamente na vantajosidade da contratação, sem comprometer a competitividade, considerando a existência de número suficiente de prestadores regionais aptos a executar o objeto com qualidade técnica adequada.

17.5 Ressalta-se que a adoção do âmbito regional não configura restrição indevida à competitividade, mas sim medida proporcional, razoável e devidamente motivada, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade, interesse público e planejamento, previstos na Lei nº 14.133/2021, bem como com o art. 1º, § 4º, inciso II, e § 5º, do Decreto Municipal nº 2.985/2020.

17.6 Ademais, a contratação regional fortalece a economia local, fomenta o desenvolvimento regional e contribui para a geração de renda e empregos, alinhando-se às políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento sustentável, sem prejuízo da observância aos requisitos técnicos e de qualificação exigidos no certame.

17.7 Dessa forma, resta devidamente justificada a adoção do âmbito regional como critério da contratação, por atender de maneira mais eficiente, econômica e segura às necessidades da Administração Pública, garantindo a adequada execução do objeto e a proteção do interesse público.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

22.1 Justificativa da Viabilidade

Com base nas análises realizadas neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação dos serviços de arbitragem esportiva é **tecnicamente, economicamente e administrativamente viável**, mostrando-se a solução mais adequada para atender às necessidades da Administração Pública Municipal.

A viabilidade técnica está evidenciada pela existência de prestadores de serviços especializados no mercado, com capacidade operacional, qualificação profissional e credenciamento junto às federações esportivas competentes, aptos a executar o objeto conforme os requisitos definidos.

A viabilidade econômica decorre da compatibilidade dos preços estimados com os valores praticados no mercado, bem como da adoção do Sistema de Registro de Preços e da execução parcelada sob demanda, o que assegura maior controle dos gastos públicos, eficiência na aplicação dos recursos e observância ao princípio da economicidade.

Sob o aspecto administrativo, a contratação mostra-se viável diante da inexistência de servidores municipais habilitados para a execução direta do serviço, além de permitir melhor gestão, fiscalização e continuidade das atividades esportivas, reduzindo riscos operacionais e assegurando a regularidade dos eventos esportivos.

Ademais, a contratação está alinhada ao planejamento institucional, às políticas públicas de incentivo ao esporte e às diretrizes orçamentárias vigentes, atendendo ao interesse público e aos princípios da legalidade, eficiência, planejamento e transparência previstos na Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, resta plenamente justificada a viabilidade da contratação pretendida.

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DAIANS SANTOS
PIROLO:0581239
7929

Assinado de forma digital
por DAIANS SANTOS
PIROLO:05812397929
Dados: 2026.02.19
11:28:52 -03'00'

DAIANS SANTOS PIROLO
Secretaria de Cultura Desporto e Turismo



JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DE ÂMBITO REGIONAL

(Fundamentada no Decreto Municipal nº 2.985/2020)

A adoção do **âmbito regional** na presente contratação encontra respaldo no **Decreto Municipal nº 2.985/2020**, que regulamenta, no âmbito do Município, o **tratamento diferenciado, simplificado e favorecido às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP)**, em consonância com a **Lei Complementar nº 123/2006**.

Nos termos do referido decreto, é facultado à Administração Pública Municipal **restringir a participação do certame a fornecedores de âmbito local ou regional**, desde que tal medida esteja **devidamente justificada no processo administrativo**, demonstrando-se a compatibilidade com o interesse público, a economicidade, a eficiência e a viabilidade da contratação.

No caso concreto, a adoção do âmbito regional mostra-se **adequada e necessária**, tendo em vista:

I – a **natureza do objeto**, que exige atendimento rápido, disponibilidade imediata, facilidade de deslocamento e presença física constante no Município;

II – a necessidade de **maior agilidade na execução contratual**, bem como de **melhor fiscalização e acompanhamento** por parte da Administração;

III – a existência comprovada de **fornecedores regionais aptos** a atender plenamente às exigências técnicas e operacionais do objeto, não havendo prejuízo à competitividade do certame;

IV – a busca pela **redução de custos indiretos**, tais como deslocamentos, logística e eventuais substituições emergenciais, promovendo maior economicidade;

V – o estímulo ao **desenvolvimento econômico local e regional**, fortalecendo empresas sediadas na região, conforme política pública prevista na legislação.

Ressalta-se que a restrição ao âmbito regional **não compromete a isonomia nem a ampla competitividade**, uma vez que permanece assegurada a participação de todas as empresas regionalmente estabelecidas que atendam às condições do edital, em estrita observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, razoabilidade e interesse público.

Dessa forma, a definição do certame como de **âmbito regional** encontra-se **devidamente motivada**, amparada no **Decreto Municipal nº 2.985/2020**, na **Lei**



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO

Complementar nº 123/2006 e na **Lei nº 14.133/2021**, mostrando-se plenamente legítima, adequada e juridicamente segura.

Daians Santos Pirolo
Secretaria



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO



JUSTIFICATIVA PARA DISPENSA (RESCISÃO) CONTRATUAL

A Administração Pública, no exercício de suas prerrogativas legais e em observância aos princípios da legalidade, supremacia do interesse público, eficiência e economicidade, vem justificar a **dispensa/rescisão do contrato administrativo**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

A presente decisão fundamenta-se no fato de que **não subsistem mais as condições que motivaram a contratação**, tornando-se desnecessária, inviável ou inadequada a continuidade da execução contratual. Tal situação decorre de circunstâncias supervenientes devidamente comprovadas nos autos do processo administrativo, que demonstram a inexistência de prejuízo ao interesse público com a extinção do vínculo contratual.

Ressalta-se que a manutenção do contrato, diante do atual cenário, **contraria os princípios da economicidade e da eficiência**, podendo ocasionar dispêndio indevido de recursos públicos sem a correspondente contraprestação efetiva ou necessidade administrativa.

Além disso, a rescisão contratual encontra amparo no **art. 137 da Lei nº 14.133/2021**, que autoriza a extinção do contrato por razões de interesse público, devidamente justificadas e formalizadas, desde que assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando aplicável.

Cumprе destacar que a Administração adotou todas as medidas necessárias para evitar prejuízos à contratada, realizando a apuração dos serviços efetivamente executados até a data da rescisão e garantindo o pagamento correspondente, quando devido, observada a legislação vigente.

Diante do exposto, resta plenamente **justificada a dispensa (rescisão) contratual**, por atender ao interesse público, resguardar o erário e observar integralmente os dispositivos legais aplicáveis, não configurando qualquer irregularidade administrativa.

DAIANS SANTOS PIROLO

Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO

DAIANS SANTOS PIROLO

Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo



JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO DE TRÊS FORNECEDORES NA FORMAÇÃO DOS PREÇOS

A presente justificativa tem por finalidade fundamentar a opção administrativa pela realização de pesquisa de preços junto a três fornecedores especializados, em substituição à utilização exclusiva de Banco de Preços ou painéis públicos de referência.

Nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, a estimativa de preços deverá ser realizada com base em parâmetros diversos, podendo a Administração utilizar, entre outros, pesquisa direta com fornecedores, contratações similares de outros entes públicos, sistemas oficiais e bancos de preços. A norma não estabelece hierarquia obrigatória entre as fontes, cabendo ao gestor justificar a metodologia mais adequada ao caso concreto.

No presente processo, que trata da contratação de serviços especializados de arbitragem esportiva (futsal, voleibol e futebol de campo), optou-se pela consulta direta a três fornecedores pelos seguintes fundamentos:

1. Especificidade Técnica do Objeto

O objeto envolve prestação de serviços técnicos especializados, com exigência de:

- Profissionais registrados e com credenciamento vigente junto às federações esportivas competentes;
- Equipes compostas por número mínimo de árbitros e anotadores;
- Inclusão de despesas de deslocamento;
- Execução sob demanda, conforme calendário esportivo municipal.

Tais particularidades dificultam a obtenção de parâmetros fidedignos em bancos de preços genéricos, que muitas vezes apresentam descrições padronizadas, sem detalhamento suficiente quanto à composição da equipe, exigências federativas ou abrangência territorial.

2. Variação Regional de Valores

A contratação está delimitada ao **âmbito regional**, conforme previsto no Decreto Municipal nº 2.985/2020, o que impacta diretamente na formação dos preços, especialmente quanto a:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO

- Custos de deslocamento;
- Disponibilidade de profissionais credenciados;
- Estrutura organizacional das empresas locais.

Os bancos de preços, em regra, consolidam dados de diversas regiões do país, podendo não refletir a realidade econômica e operacional da região de Congonhinhas/PR, o que comprometeria a precisão da estimativa.

3. Atualidade e Adequação das Propostas

A consulta direta aos três fornecedores possibilitou a obtenção de:

- Propostas atuais;
- Valores compatíveis com o calendário esportivo vigente;
- Precificação ajustada às exigências específicas constantes no Termo de Referência.

Isso assegura maior aderência entre o valor estimado e o efetivo custo de mercado no momento da contratação.

4. Atendimento ao Princípio da Economicidade

A escolha de três fornecedores distintos garante:

- Amplitude mínima de pesquisa;
- Formação de média de mercado;
- Mitigação de risco de sobrepreço ou subpreço;
- Observância aos princípios da razoabilidade e economicidade.

A metodologia adotada assegura pluralidade de fontes, competitividade potencial e confiabilidade na estimativa, estando plenamente alinhada às boas práticas de governança e planejamento das contratações públicas.

5. Adequação ao Caso Concreto

Considerando que o objeto envolve serviço comum, porém com características técnicas específicas e exigências federativas próprias, a pesquisa direta mostrou-se o meio mais

(43) 98411-5117 • esporte@congonhinhas.pr.gov.br

Avenida Manoel Ribas, 587 • Centro, Congonhinhas, Paraná CEP 86.320-000

www.congonhinhas.pr.gov.br



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO

eficaz e seguro para obtenção de valores compatíveis com a realidade do mercado regional.

Conclusão

Diante do exposto, a opção pela formação de preços mediante pesquisa junto a três fornecedores especializados mostra-se tecnicamente justificada, juridicamente válida e economicamente adequada, atendendo ao disposto na Lei nº 14.133/2021 e aos princípios da legalidade, eficiência, planejamento e economicidade, não havendo obrigatoriedade legal de utilização exclusiva de Banco de Preços quando a pesquisa direta se revelar mais adequada à natureza do objeto contratado.

DAIANS SANTOS PIROLO

Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo

Justificativa para pagamento de despesas de locomoção

A previsão de pagamento de despesas de locomoção visa garantir a adequada execução dos serviços de arbitragem esportiva, considerando que os profissionais responsáveis pela arbitragem poderão necessitar deslocar-se de outros municípios ou localidades para atender às competições realizadas no Município de Congonhinhas/PR.

Dessa forma, estabelece-se que **somente será devido o pagamento da taxa de locomoção quando a contratada necessitar deslocar sua equipe por distância superior a 30 (trinta) quilômetros até o local de realização das partidas**, considerando-se que deslocamentos inferiores a essa distância podem ser absorvidos pela própria estrutura operacional da empresa contratada.

A fixação desse limite busca **evitar custos desnecessários à Administração Pública**, garantindo que o pagamento ocorra apenas quando houver efetivo deslocamento que represente custo adicional relevante para a prestação do serviço.

Importante destacar que, em contratações de serviços de arbitragem esportiva, **é prática comum no mercado a previsão de pagamento de taxa de deslocamento por parte do ente contratante**, especialmente quando os árbitros estão vinculados a federações, ligas ou empresas especializadas que atuam em diferentes municípios.

Assim, a previsão de pagamento de locomoção:

- garante a **viabilidade da prestação do serviço**;
- amplia a **participação de empresas especializadas**;
- possibilita a contratação de **árbitros devidamente credenciados nas federações esportivas**;
- evita que os custos de deslocamento sejam incorporados ao valor da arbitragem, o que poderia **eleva o preço unitário dos serviços**.

Ressalta-se que o pagamento da locomoção somente ocorrerá quando houver **efetiva necessidade de deslocamento superior a 30 km**, devidamente comprovada e atestada pela fiscalização do contrato.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO

Justificativa para realização de cotação com quantitativo superior ao previsto no Termo de Referência

Durante a fase de pesquisa de preços e levantamento de mercado para instrução do presente processo licitatório, optou-se pela realização de cotações considerando **quantitativo superior ao previsto no Termo de Referência**, medida adotada com fundamento em critérios de **economicidade, eficiência administrativa e obtenção de preços mais vantajosos para a Administração Pública**.

Tal procedimento decorre de prática comum no mercado, especialmente em contratações de prestação de serviços, na qual **quanto maior o volume potencial de contratação apresentado na fase de consulta ou cotação, maior tende a ser a competitividade entre os fornecedores e, consequentemente, maior a possibilidade de obtenção de descontos ou valores unitários reduzidos**.

Isso ocorre porque empresas prestadoras de serviços geralmente **diluem seus custos fixos operacionais quando trabalham com maior escala de atendimento**, como custos administrativos, logísticos, deslocamento de equipe, planejamento operacional e mobilização de profissionais. Dessa forma, ao considerar um quantitativo maior na fase de consulta ao mercado, os fornecedores tendem a apresentar **propostas com valores unitários mais competitivos**, justamente pela expectativa de maior volume de serviços.

Ressalta-se que essa metodologia **não implica obrigatoriedade de contratação integral do quantitativo utilizado para fins de cotação**, servindo exclusivamente como **referência para formação de preço e análise de mercado**, permitindo à Administração avaliar de forma mais ampla as condições praticadas por empresas do setor.

No presente caso, a utilização de quantitativo ampliado na fase de pesquisa de preços teve como objetivo:

- **Estimular a obtenção de melhores condições comerciais junto aos fornecedores;**
- **Avaliar a capacidade de atendimento das empresas em diferentes cenários de demanda;**
- **Verificar o comportamento dos preços unitários em função da escala de contratação;**
- **Garantir maior segurança na formação do preço estimado da contratação.**

Importante destacar que, conforme os princípios estabelecidos pela **Lei nº 14.133/2021**, especialmente os princípios da **economicidade, eficiência e planejamento**, a

Administração Pública deve adotar métodos que possibilitem a obtenção da proposta mais vantajosa para o interesse público.

Assim, a adoção dessa estratégia na fase de pesquisa de mercado **buscou ampliar a competitividade e possibilitar a obtenção de valores mais vantajosos**, contribuindo para a adequada estimativa do preço de referência da contratação.

Por fim, esclarece-se que o **quantitativo efetivamente previsto no Termo de Referência reflete a real necessidade administrativa**, tendo sido definido com base no planejamento da Secretaria demandante, nas estimativas de realização de eventos esportivos e na análise do histórico de demandas do Município.


Dessa forma, a utilização de quantitativo superior na fase de cotação **não compromete a regularidade do processo**, mas sim reforça a adoção de práticas administrativas voltadas à **eficiência na gestão dos recursos públicos e à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração**.

Secretaria Municipal de Cultura Desporto e Turismo

ORÇAMENTO



De Sidnei Palhano <sgtpalhano@gmail.com>
Para <esporte@congonhinhos.pr.gov.br>
Data 2026-02-12 14:20

 CONGONHINHAS.PDF (~374 KB)

Boa tarde
Segue anexo o orçamento solicitado
ATT PALHANO



ASSOCIAÇÃO DE OFICIAIS DA ARBITRAGEM DE TELÊMACO BORBA – ASSOATB

CNPJ: 11.007.709/0001-35

END: RUA PINUS Nº 315 – PARQUE LIMEIRA – JARDIM FLORESTAL

CEP: 84.268-050 – TELÊMACO BORBA – PARANÁ

FONE: (42) 99961-3966 EMAIL: sgtpalhano@gmail.com.br

ORÇAMENTO CONTRATAÇÃO DE ARBITRAGEM

Apresentamos nossa proposta de preços para serviços de arbitragem esportiva conforme demonstrativo abaixo:

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONINHAS - PR

LOTE 1: FUTSAL

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QT.DE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ARBITRAGEM DE FUTSAL COMPOSTA POR 2 ÁRBITROS E 1 ANOTADOR .	JOGO	200	300,00	60.000,00
2	DESPESA COM LOCOMOÇÃO DE ÁRBITROS (INCLUI TODAS AS DESPESAS NECESSÁRIAS) ATÉ A SEDE DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS PARA OS JOGOS	UNI	100	330,00	33.000,00

LOTE 2: VOLEIBOL

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QT.DE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
3	VOLEIBOL, COMPOSTA MINIMAMENTE POR 2 (DOIS) ÁRBITROS E 1 (UM) APONTADOR /ANOTADOR, POR JOGO, TODOS COM REGISTRO ATUALIZADO E EM VIGOR JUNTO A FEDERAÇÃO DE VOLEIBOL, COM CURSO DE ARBITRAGEM PELA PRÓPRIA FEDERAÇÃO A QUE SE ENCONTRA VINCULADO, PARA COMPETIÇÃO COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: NAIPE: VOLEIBOL MASCULINO E FEMININO ADULTO; JOGOS EM 3 PERÍODOS (MANHÃ, TARDE, NOITE); UM ÚNICO LOCAL DE COMPETIÇÃO; SISTEMA DE DISPUTA DE 2 (DOIS) SETS VENCEDORES; MÁXIMO DE 10 (DEZ) JOGOS POR LOCAL/DIA DE COMPETIÇÃO; EQUIPE COMPOSTA POR NO MÍNIMO 6 (SEIS) OFICIAIS.	JOGO	100	320,00	32.000,00
4	DESPESA COM LOCOMOÇÃO E ALIMENTAÇÃO DE ÁRBITROS ATÉ A SEDE DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS PARA OS JOGOS.	UNI	50	820,00	41.000,00

LOTE 3: FUTEBOL DE CAMPO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QT.DE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ARBITRAGEM DE FUTEBOL DE CAMPO COMPOSTA POR 1 ÁRBITROS E 1 ANOTADOR E 2 ASSISTENTES	JOGO	200	600,00	120.000,00
2	DESPESA COM LOCOMOÇÃO DE ÁRBITROS (INCLUI TODAS AS DESPESAS NECESSÁRIAS) ATÉ A SEDE DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS PARA OS JOGOS	UNI	100	330,00	33.000,00


OBSERVAÇÕES:

Nos preços ora propostos já estão inclusas as despesas com deslocamento, hospedagem, alimentação, impostos entre outros.

Orçamento válido por 60 (sessenta) dias.


Telêmaco Borba, 08 de janeiro de 2026.

Respeitosamente


Sidnei José Palhano
Presidente ASSOATB

ASSOATB - Associação de Clubes de
Arbitragem de Telêmaco Borba
CNPJ(MF): 11.007.709/0001-35

Orçamento de serviços de arbitragem



De


Assonorp <assonorp@gmail.com>

Para

<esporte@congonhinhassonorp@gmail.com>

Data

2026-02-10 18:19

 CARTA PROPOSTA DE PREÇOS Nº 003-2026 (Congonhinhassonorp@gmail.com).pdf (~299 KB)

Boa tarde!

Encaminho proposta de preços para serviços de arbitragem conforme solicitado.

Att.

Erik Sunao Tanaka

Presidente da ASSONORP

--
O software antivírus Avast realizou uma checagem de vírus neste e-mail.
www.avast.com



ASSOCIAÇÃO NORTE PIONEIRO DE OFICIAIS DE ARBITRAGEM

CNPJ: 05.850.480/0001-01

FUNDADA EM MARÇO DE 2003

Rua Cel. Emílio Gomes, 806 – 1º andar – Centro - Fone/Fax (43) 3536-1872 - CEP 86410-000
Ribeirão Claro – Paraná

CARTA PROPOSTA DE PREÇOS Nº 003/2026

Ribeirão Claro - PR, 08 de janeiro de 2026.

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
CONGONHINHAS - PR

Apresentamos nossa proposta de preços para serviços de arbitragem esportiva conforme demonstrativo abaixo:

LOTE 1: FUTSAL

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QT.DE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ARBITRAGEM DE FUTSAL COMPOSTA POR 2 ÁRBITROS E 1 ANOTADOR .	JOGO	200	300,00	60.000,00
2	DESPESA COM LOCOMOÇÃO DE ÁRBITROS (INCLUI TODAS AS DESPESAS NECESSÁRIAS) ATÉ A SEDE DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS PARA OS JOGOS	UNI	100	250,00	25.000,00

LOTE 2: VOLEIBOL

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QT.DE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
3	VOLEIBOL, COMPOSTA MINIMAMENTE POR 2 (DOIS) ÁRBITROS E 1 (UM) APONTADOR /ANOTADOR, POR JOGO, TODOS COM REGISTRO ATUALIZADO E EM VIGOR JUNTO A FEDERAÇÃO DE VOLEIBOL, COM CURSO DE ARBITRAGEM PELA PRÓPRIA FEDERAÇÃO A QUE SE ENCONTRA VINCULADO, PARA COMPETIÇÃO COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: NAIPE: VOLEIBOL MASCULINO E	JOGO	100	300,00	30.000,00



ASSOCIAÇÃO NORTE PIONEIRO DE OFICIAIS DE ARBITRAGEM

CNPJ: 05.850.480/0001-01

FUNDADA EM MARÇO DE 2003

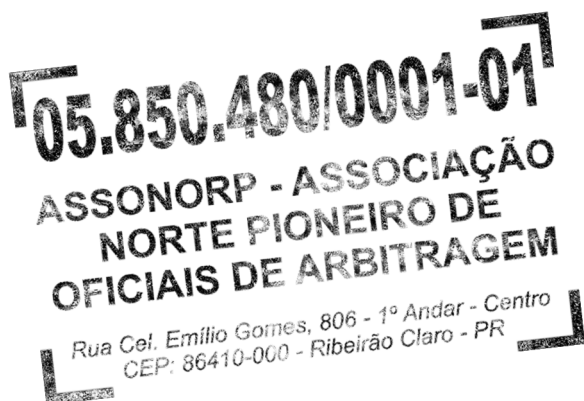
Rua Cel. Emílio Gomes, 806 – 1º andar – Centro - Fone/Fax (43) 3536-1872 - CEP 86410-000
Ribeirão Claro – Paraná

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QT.DE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	FEMININO ADULTO; JOGOS EM 3 PERÍODOS (MANHÃ, TARDE, NOITE); UM ÚNICO LOCAL DE COMPETIÇÃO; SISTEMA DE DISPUTA DE 2 (DOIS) SETS VENCEDORES; MÁXIMO DE 10 (DEZ) JOGOS POR LOCAL/DIA DE COMPETIÇÃO; EQUIPE COMPOSTA POR NO MÍNIMO 6 (SEIS) OFICIAIS.				
4	DESPESA COM LOCOMOÇÃO E ALIMENTAÇÃO DE ÁRBITROS ATÉ A SEDE DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS PARA OS JOGOS.	UNI	50	750,00	37.500,00

LOTE 3: FUTEBOL DE CAMPO


ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QT.DE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ARBITRAGEM DE FUTEBOL DE CAMPO COMPOSTA POR 1 ÁRBITROS E 1 ANOTADOR E 2 ASSISTENTES	JOGO	200	610,00	122.000,00
2	DESPESA COM LOCOMOÇÃO DE ÁRBITROS (INCLUI TODAS AS DESPESAS NECESSÁRIAS) ATÉ A SEDE DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS PARA OS JOGOS	UNI	100	250,00	25.000,00

VALIDADE DESTA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.




ASSINATURA E CARIMBO DA EMPRESA

Cotação de preços - serviços de arbitragem esportiva



De

Informa Sports & Fitness Ltda <informa.sports.fitness@gmail.com>

Para

<esporte@congonhinhass.pr.gov.br>


Data

2026-02-10 18:20

 Orçamento 003-2026 (serviços de arbitragem - Congonhinhass).pdf (~228 KB)

Encaminho através deste, nossa proposta de preços para prestação de serviços de arbitragem.

Grata,


--
 Logotipo,
nome da
empresa
Descrição gerada
automaticamente

DEUSILÉIA A. PAES

Empresária

Informa Sports Fitness Ltda. – ME

E-mail: informa.sports.fitness@gmail.com



Não contém vírus.www.avast.com

**INFORMA SPORTS & FITNESS LTDA. ME**

Rua Mj. João Leonel de Carvalho, 70 – Centro

CEP: 86410-000 – Ribeirão Claro – PR

CNPJ: 10.740.051/0001-03 – Inscrição Municipal: 54.0914-0 TLL/TVS/ISS

ORÇAMENTO CONTRATAÇÃO DE ARBITRAGEM

RAZÃO SOCIAL:	INFORMA SPORTS & FITNESS LTDA. – ME
CPF/CNPJ:	10.740.051/0001-03
Endereço:	Rua Mj. João Leonel de Carvalho, 70
Telefone:	(43) 3536 1872
E-mail:	informa.sports.fitness@gmail.com
Bairro:	Centro
Cidade:	Ribeirão Claro – PR
Responsável pelo Orçamento:	Deusiléia Alexsandra Paes

LOTE 1: FUTSAL

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QT.DE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ARBITRAGEM DE FUTSAL COMPOSTA POR 2 ÁRBITROS E 1 ANOTADOR .	JOGO	200	292,75	58.550,00
2	DESPESA COM LOCOMOÇÃO DE ÁRBITROS (INCLUI TODAS AS DESPESAS NECESSÁRIAS) ATÉ A SEDE DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS PARA OS JOGOS	UNI	100	232,50	23.250,00

LOTE 2: VOLEIBOL

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QT.DE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
3	VOLEIBOL, COMPOSTA MINIMAMENTE POR 2 (DOIS) ÁRBITROS E 1 (UM) APONTADOR /ANOTADOR, POR JOGO, TODOS COM REGISTRO ATUALIZADO E EM VIGOR JUNTO A FEDERAÇÃO DE VOLEIBOL, COM CURSO DE ARBITRAGEM PELA PRÓPRIA FEDERAÇÃO A QUE SE ENCONTRA VINCULADO, PARA COMPETIÇÃO COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: NAÍPE: VOLEIBOL MASCULINO E FEMININO ADULTO; JOGOS EM 3 PERÍODOS (MANHÃ, TARDE, NOITE); UM ÚNICO LOCAL DE COMPETIÇÃO; SISTEMA DE DISPUTA DE 2 (DOIS) SETS VENCEDORES; MÁXIMO DE 10 (DEZ) JOGOS POR LOCAL/DIA DE COMPETIÇÃO; EQUIPE COMPOSTA POR NO MÍNIMO 6 (SEIS) OFICIAIS.	JOGO	100	292,75	29.275,00
4	DESPESA COM LOCOMOÇÃO E ALIMENTAÇÃO DE ÁRBITROS ATÉ A SEDE DO	UNI	50	750,75	37.537,50



INFORMA SPORTS & FITNESS LTDA. ME

Rua Mj. João Leonel de Carvalho, 70 – Centro

CEP: 86410-000 – Ribeirão Claro – PR

CNPJ: 10.740.051/0001-03 – Inscrição Municipal: 54.0914-0 TLL/TVS/ISS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QT.DE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS PARA OS JOGOS.				

LOTE 3: FUTEBOL DE CAMPO

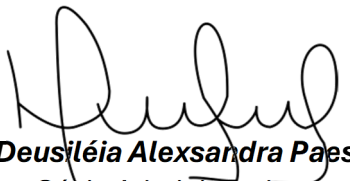
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QT.DE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ARBITRAGEM DE FUTEBOL DE CAMPO COMPOSTA POR 1 ÁRBITROS E 1 ANOTADOR E 2 ASSISTENTES	JOGO	200	595,80	119.160,00
2	DESPESA COM LOCOMOÇÃO DE ÁRBITROS (INCLUI TODAS AS DESPESAS NECESSÁRIAS) ATÉ A SEDE DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS PARA OS JOGOS	UNI	100	232,50	23.250,00

A presente proposta de preços contemplam todos os custos inerentes aos serviços que serão prestados (transporte, alimentação, contribuições trabalhistas e previdenciárias, custos dos impostos e demais encargos).

Prazo de validade: 60 (sessenta) dias.

Pagamento: em até 15 (quinze) dias após a apresentação do documento fiscal.

Ribeirão Claro, PR, 08 de janeiro de 2026.

10.740.051/0001-03	
ASSINATURA	
INFORMA SPORTS & FITNESS LTDA. - ME	
Rua Mj. João Leonel de Carvalho, 70 - Centro 86410-000 - Ribeirão Claro - PR	
	 Deusléia Alexandra Paes Sócia Administradora